

## A CRÔNICA de Rubem Braga

27/4/60

### PETRÓLEO, TERRA ETC.

OS APOLOGISTAS das concessões petrolíferas não se cansam de falar do paraíso venezuelano. Usam um argumento muito forte e convincente para quem não o examina de perto: lá na Venezuela, sob o regime da "livre iniciativa", a produção de petróleo é muito maior que no Brasil ou no México...

O que eles não dizem é que as mesmas concessões feitas em outros países, inclusive em países deste Continente, não resultaram em nada ou apenas deram mediocres resultados. Não é o monopólio estatal nem o regime de concessão que faz aumentar ou diminuir a produção de um poço. O fato é que os venezuelanos não parecem muito contentes com o paraíso de sua legislação, e a têm alterado nestes últimos tempos. Depois da queda de Pérez Jiménez, a participação do Estado no resultado das explorações foi aumentada de 50 para mais de 60 por cento. Além disso, o Governo resolveu fundar a sua própria empresa, e, o que é mais, não dar, de agora em diante, sob pretexto nenhum, qualquer nova concessão; o que é um bom modo de dizer que isso de concessões é muito bom, mas não presta.

Mesmo sem levar em conta o lado puramente econômico, acontece que as concessões de petróleo na Venezuela estão associadas à corrupção dos políticos e aos eclipses da democracia. Não é de admirar que um Governo democrático, empenhado, como o atual, em reconstitucionalizar o país, procure corrigir os erros do passado e fazer a Venezuela mais dona de seu petróleo e de seus destinos. São sensíveis também seus esforços no sentido da industrialização, da reforma agrária (cujo projeto foi estudado em comum por todos os partidos políticos) e de maior variedade da produção, de maneira a acabar com a importação de gêneros que o país facilmente pode obter dentro de suas fronteiras.

No fundo só no Brasil não se cuida, a sério, de uma reforma agrária. Só em São Paulo se faz alguma coisa timidamente nesse sentido, com armas tributárias. Mas o problema, por maior que seja a variação regional que os seus dados concretos apresentem, é essencialmente nacional, porque é de direito substantivo. Projetos parlamentares é que não faltam, e entre eles merece destaque o do Sr. Coutinho Cavalcânti, que, por sinal, teve algumas de suas sugestões aproveitadas pelo Governo de Cuba. Atribuiu-se, aliás, ao Sr. Jânio Quadros, quando em Havana, a delaração de que, se eleito, aplicaria no Brasil a lei agrária cubana. O Sr. Jânio Quadros não disse essa tolice. O que fez foi dizer que, como Cuba, o Brasil também necessita de uma reforma agrária, inclusive para dar uma base sólida à sua industrialização.

E isso é uma verdade que só algum latifundiário retrógrado pode negar; ou então o bravo Marechal Lott, latifundiário da insciência em problemas econômicos e sociais do Brasil.